

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

**TECENDO O DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E A LITERATURA: A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE REGIONAL NA VISÃO DE JOSÉ LINS DO REGO**

ANDRÉ GOMES DA SILVA

**CAMPINA GRANDE, PB
DEZEMBRO DE 2010**

ANDRÉ GOMES DA SILVA

**TECENDO O DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E A LITERATURA: A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE REGIONAL NA VISÃO DE JOSÉ LINS DO REGO**

Monografia apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como exigência para a obtenção do título de licenciatura plena em História.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA LINDACI GOMES DE SOUZA

**CAMPINA GRANDE, PB
DEZEMBRO DE 2010**

**TECENDO O DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E A LITERATURA: A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE REGIONAL NA VISÃO DE JOSÉ LINS DO REGO**

Monografia apresentada ao
departamento de Geografia e História da
Universidade Estadual da Paraíba –
UEPB, como exigência para a obtenção
do título de licenciatura plena em
História.

BANCA EXAMINADORA

Maria Lindaci Gomes de Sousa Nota: 9,5
Prof^a.dr^a. Maria Lindaci Gomes de Sousa – DH/ CEDUC/UEPB

Orientadora

Jomar Ricardo da Silva Nota: 9,5
Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva – DH/CEDUC/UEPB

1º Examinador

Patrícia Cristina de Aragão Araújo Nota: 9,5
Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão Araújo – DH/CEDUC/UEPB

2ª Examinadora

Aprovado em: 15 de 12 de 2010.

**CAMPINA GRANDE, PB
DEZEMBRO DE 2010**

S586t

Silva, André Gomes da.

Tecendo o diálogo entre história e a literatura [manuscrito]: a construção da identidade regional na visão de José Lins do Rego / André Gomes da.Silva. – 2010.

42 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2010.

“Orientação: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Sousa, Departamento de História”.

1. Análise Literária. 2. História. 3. Literatura Brasileira. 4. Identidade Regional. I. Título.

21. ed. CDD 801.95

**A DEUS que me deu forças para
não desistir;
Aos meus pais, que sempre me
apoiaram.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me acompanhado em todos os momentos difíceis até aqui, e por me proporcionar momentos tão bons com meus familiares.

Aos meus pais, que me deram todo o amor, apoio e críticas que elevaram minha busca por melhores resultados; sem eles eu não seria quem hoje sou.

A minha orientadora, prof^a Lindaci G. de Souza, que me orientou com muita paciência e atenção.

A minha namorada, Lidiane, por não deixar que eu adiasse por mais tempo minha pesquisa, sempre me confortando e incentivando durante o todo o meu trabalho.

Aos meus colegas de curso, que me ajudaram não apenas na escolha do meu tema, mais durante todo o curso de História; curso fantástico que mudou meu modo de enxergar a realidade em que vivo.

Ao curso de História, e todos os professores que passaram por minha formação.

A todos aqueles que mesmo não sendo citados aqui, contribuíram de alguma forma para a minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender as obras Menino de Engenho e Fogo Morto, do autor José Lins do Rego, na busca do diálogo entre o estudo de História para com a Literatura, tendo em vista esta ser uma das novas fontes de abordagem a partir do paradigma da então chamada Escola dos Annales. A metodologia utilizada será uma pesquisa bibliográfica, onde dialogaremos com autores importantes da historiografia Brasileira e do Nordeste brasileiro, tendo por intenção compreender que esta região é representada a partir de uma construção histórica. Para isso serão observados o lugar social do autor e a identidade nordestina representada pelo mesmo em suas obras.

Palavras – chave: Identidade, representação, Escola dos Annales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
 CAPITULO I	
1 A importância da Nova História no desenvolvimento da História Regional.	10
1.1 O legado dos Annales para a produção da História Regional.....	14
1.2 A visão histórica de Jacques Le Goff sobre os Annales.....	17
 CAPITULO II	
2 A visão do Nordeste na obra de José Lins do Rego.....	21
2.1 A visão do Nordeste em Menino de Engenho.....	22
2.2 As Representações em Roger Chartier.....	26
2.3 A visão do Nordeste em Fogo Morto.....	28
 CAPITULO III	
3 A construção da Identidade Regional em José Lins do Rego.....	32
3.1 A Identidade Cultural em Stuart Hall.....	32
3.2 O Lugar Social em Michel de Certeau.....	34
3.3 Existência e Consciência da Desigualdade Regional em Silveira.....	35
3.4 Preconceito contra a origem Geográfica e de Lugar.....	37
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 40
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 41

INTRODUÇÃO

José Lins do Rego, escritor paraibano da chamada geração de 30, é autor de Vários romances que abordam o cotidiano do homem nordestino, principalmente daqueles que viveram na Zona da mata paraibana, onde havia a predominância dos Engenhos, que englobavam ao seu redor toda uma maneira de viver, acompanhado da cultura do povo nordestino durante o período da república velha.

Este trabalho está voltado para uma pesquisa historiográfica, que buscará como principal objetivo a construção de identidades a partir da análise de duas de suas obras Literárias, Menino de Engenho e Fogo Morto, onde o primeiro marca uma espécie de auto biografia do autor, que vive intensamente momentos de sua infância dentro do engenho de seu avô. E guarda com romantismo toda a cultura do homem do nordeste açucareiro, enquanto que em Fogo Morto, ele destaca o declínio de toda uma cultura, em detrimento da modernização que chegava a Paraíba.

O trabalho está dividido em três capítulos, onde dialogaremos com diversos autores da historiografia Brasileira e do Nordeste, assim como alguns estrangeiros, dentre os quais destacaremos a presença de Jacques Le Goff, que no primeiro capítulo nos lança luzes sobre as novas abordagens em História, assim como Peter Burke, grande analista do movimento dos Annales e que destaca a importância da revolução que houve dentro da História a partir deste novo Paradigma.

No segundo Capítulo trabalharemos com as obras em si, e com a maneira que o autor Lins do Rego enxergava o Nordeste. E para isso nos utilizaremos com conceito de representação, abordado pelo historiador Roger Chartier.

No terceiro capítulo observaremos que o conceito de identidade construído pela Literatura e que contribuiu para dar a cultura nordestina o status de uma legítima representação, de essência, será desfeita pela análise do teórico Stuart Hall, onde o mesmo afirma que a identidade é mutável, e que na sua construção se encontra envolvida por relações de poder, onde a influência da pós modernidade a torna fluída.

Ainda neste capítulo abordaremos a importância do lugar social para a escrita de uma obra literária, onde nos utilizaremos do conceito de Lugar social em Certeau. Assim como o momento de crise que impulsionou a escrita de diversas obras da

Literatura que ajudaram o Nordeste a ser construído, uma região que detinha o domínio econômico e que agora se via ameaçada por outras regiões do país, e dentro destas afirmações, buscaremos a contribuição de Rosa Maria Godoy Silveira.

Encerraremos com a afirmativa de Durval muniz, que encerra este ensaio nos dando a certeza de que os preconceitos por origem geográfica partiram do próprio nordeste, e não de uma região de fora deste contexto social.

CAPITULO I

1 A IMPORTANCIA DA NOVA HISTÓRIA NO DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA REGIONAL

Sabemos que nem sempre a História foi escrita a partir de perspectivas locais, pois antes o que determinava o saber histórico era exatamente uma produção voltada para os grandes fatos e grandes heróis.

Uma abordagem voltada para a História Regional foi mais constante a partir do aparecimento da chamada Nova História, que trataria esta como uma nova concepção metodológica a partir do ano de 1929 na França, e foi a partir deste ponto que passamos a notar novas abordagens, assim como novos objetos a serem identificados e trabalhados pelos historiadores.

Isso não implica dizer que passaríamos a esquecer os antigos métodos em decorrência dos novos objetos de estudo, aliás, muito pelo contrário, pois agora o leque de opções seria expandido, fazendo com que a própria História Regional fosse considerada como mais uma vertente dentre muitas outras novas abordagens, como o estudo da loucura, do cinema, dos gestos, do corpo, da oralidade entre outros objetos.

Sendo assim passou a ser destacado o “problema”, como um dos eixos fundamentais para a compreensão desta nova concepção histórica, onde o passado passa a ser mais imediato, dando destaque para a história Municipal ou Estadual, onde agora o sujeito a ser investigado, e destrinchado em seus comportamentos pode ser aquele que anteriormente se encontrava excluído, e exercendo um papel de coadjuvante.

É a partir desta visão histórica da Nova História que buscaremos abordar as obras Menino de Engenho e Fogo Morto, de José Lins do Rego, um dos mais importantes escritores paraibanos da chamada geração de 30, onde demonstra de forma eficaz os registros da fala através da linguagem regional, através de expressões locais, sem deixar escapar o padrão culto da linguagem.

Para a literatura, é sabido que mesmo no período que antecede essa Revolução da Nova História, milhares de obras literárias haviam sido produzidas, mesmo sem serem vistas como documentação histórica, pois no período que

antecedeu os Annales, a então chamada Escola Metódica ainda não enxergava esses novos objetos propostos, onde estaria incluída a própria literatura.

Em seu primeiro momento, os Annales buscaram a substituição da História dos grandes homens pela História – Problema, logo depois, em sua segunda geração, visou à compreensão de todas as atividades humanas e não apenas aquelas em que estavam em jogo os feitos políticos. E em terceiro lugar veio a colaboração constante da chamada interdisciplinaridade, que se deu através de análises históricas atreladas aos campos da Geografia, Sociologia, economia, Psicologia, da Lingüística entre outras.

Peter Burke, em sua análise à Escola dos Annales, reafirma sobre a importância da mesma no processo de interdisciplinaridade.

Como dizia Febvre, com o seu característico uso do imperativo:

Historiadores, sejam Geógrafos, sejam Juristas também, e Sociólogos e Psicólogos”. Ele estava sempre pronto para “por abaixo os compartimentos” e lutar contra a especialização estreita. (BURKE, 1990, p.12).

Burke afirmou, assim como o pensamento de Bloch e Febvre, que o grande legado de Fernand Braudel deve ser reverenciado, já que o mesmo em sua obra “O Mediterrâneo”, nos aprecia com a sua visão interdisciplinar de fatos históricos sintetizados conjuntamente com pontos de vista pertencentes aos Geógrafos e Economistas. O primeiro momento do Movimento dos Annales, como assim o chama, data de 1925 até o período de 1945, tratando-se, segundo Burke, de um movimento Revolucionário, já que era contrário a um sistema único e dominante, que impunha verdades na Historiografia mundial.¹

Um fato que percebemos é o de que as novas abordagens entraram em processo de expansão a partir do término da segunda grande Guerra Mundial, onde começaram a aparecer trabalhos sobre a própria História do livro, assim como abordagens sobre a educação, História da Habitação, etc.

Um dos importantes autores que trabalham em cima de novas abordagens é Jacques Le Goff, que interpreta a Literatura como uma fonte inesgotável de incertezas para o historiador, pois, segundo o mesmo, o estudo de obras literárias

¹ A escola Metódica dita Positivista por muito tempo dominou o saber Histórico, fazendo com que fossem impostas verdades incontestáveis e absolutas, paradigmas que foram quebrados com a chegada dos Annales.

consideradas como sendo “acabadas” ou terminadas só fazem aguçar cada vez mais os questionamentos, as curiosidades sobre aquilo que é subjetivo, aquilo que está além do simples olhar e decodificação das palavras, ou seja, seria o passado inconfessado por trás da obra.

É a partir da análise objetiva de uma obra que podemos descobrir o mundo em que o autor poderá ter vivido, e sendo assim, muitas de suas experiências podem ter sido passadas para o contexto da ficção, ou do romance, e que desata para os olhos do pesquisador uma realidade que para ele pode ser desconhecida.

Para Le Goff², muitas dessas pesquisas de historiadores para com as obras literárias podem ser consideradas como um *percurso subjetivo*, onde:

Se, de um lado, são em consequência menos claros os limites de uma obra, por outro lado, a obra passa a revelar, por suas múltiplas ligações, um horizonte que não se deixa mais separar dela. A pesquisa histórica, se não for unicamente motivada pela atração do achado ocasional, tem essa consequência benéfica de aumentar a informação pela qual um mundo se acrescenta a uma obra, - um mundo talvez exterior a ela, um mundo em que, face ao objetivo alcançado, multiplicam-se os atos e as palavras frustradas, as tentativas inacabadas: neste terreno estranho a obra lança raiz e declara-nos a sua riqueza dependente; ela se revela por meio de suas ligações e desarma a esperança de uma definição excessivamente fácil. (LE GOFF, 1974, p.134).

Segundo Le Goff, seria através da restituição dos sentidos internos à obra que seria possível alargar o tempo descrito nas mesmas, assim como aspectos internos dela, valendo salientar a importância de se conhecer os momentos que antecederam a mesma, ou seja, seria necessário um conhecimento prévio da realidade anterior e posterior à obra, e sendo assim, facilitaria ao Historiador o olhar mais apurado sobre a realidade a ser estudada.

Ao Historiador nada advém de lucro se o mesmo ignorar a proveniência e a harmonia externa que a obra estará ligada. Pois, na verdade, o objeto não se entrega totalmente e inteiramente ao Historiador, causando neste uma obstinação

² ver em História: Novas abordagens de Le Goff, a forma como ele aborda a pesquisa histórica, não apenas na Literatura mais também no campo das Artes, da Ciência, e da Religião.

ainda maior em busca desse conhecimento intrínseco, que será destrinchado a partir do redobramento de seu trabalho de pesquisa.

Ao abordar a Literatura de José Lins do Rego, nos deparamos com questionamentos sobre a identificação do Historiador pára com o objeto de estudo, aonde por muitas vezes chegamos a indagações acerca do quão seria interessante se já estivéssemos habituados com o tema. Entretanto, segundo Le Goff, essa aproximação do objeto de estudo se dará a partir do envolvimento contínuo com o mesmo, a partir do aprofundamento gradual do pesquisador, onde, mesmo que esse não seja um profundo conhecedor de determinada realidade, ele poderá se adaptar a partir de sua aproximação e de sua pesquisa para com o seu novo objeto.

Le goff e Pierre Nora apresentam a possibilidade de interagir com um objeto de não identificação com o autor, onde segundo a opinião dos mesmos:

A identificação é um esforço para unir-se aquilo que no início, não é mais do que um apelo ou uma promessa percebidos num ser diferente de nós. A adesão que identifica não nos é, portanto dada de início, ela é uma coisa que se consegue, ela se consegue no fim de um movimento e de um trabalho de aproximação. (LE GOFF e PIERRE NORA, 1974, p.135).

Segundo a concepção desses autores, a devida diferença entre o mundo do pesquisador e de seu objeto de estudo deve ser mantida, já que sua análise chegaria a um grau bem maior de imparcialidade diante dos fatos e de sua construção histórica, quando na verdade, se houver um envolvimento sentimental forte com o objeto, poderia ocasionar que sua imparcialidade seria afetada diretamente, podendo o mesmo se tornar uma “fantasia” do pesquisador.

Essa fantasia do autor pode transformar um trabalho científico em um trabalho literário, já que o interprete poderia falar o que bem entendesse devido principalmente ao seu envolvimento político, romântico, ou por causa de outra intervenção cultural, que poderia acarretar, segundo Le Goff, no enfraquecimento do objeto em seu valor científico.

O fato é o de que devemos interrogar energicamente este objeto, destrinchá-lo, pois; De que adiantaria nossa pesquisa se as perguntas fossem direcionadas aos documentos com timidez? Isso provavelmente acarretaria no enfraquecimento da mesma.

Portanto, o que vimos na primeira parte deste ensaio é o fato de que, da primeira a terceira geração dos Annales, autores como Le Goff, Bloch, Burke dentre outros foram capazes de mudar a concepção e a escrita da História. Foram os responsáveis de passar o estudo da História de um conceito global para uma História em migalhas, tornando possível, em nosso caso, a análise de textos da literatura e a posterior produção de uma História Regional.

Foi o que podemos chamar de uma Revolução da descontinuidade, já que houve essa recusa de sistemas, e uma abertura à experimentação, as ciências sociais e a própria interdisciplinaridade. Seria a História descontinuada, onde a série seria substituída pelo “evento”³, onde haveria a interpretação de fatos não totalizáveis; não encaixados em uma História totalizante, Serial ou Global.

Uma História onde um único Historiador não seria senhor absoluto e dono de um único olhar sobre o mesmo objeto. Portanto, essa concepção elaborada, principalmente pela terceira geração dos Annales, gerou muita desavença entre os acadêmicos, onde muitos defendiam que a fragmentação Histórica seria responsável pelo “atraso” da História, enquanto que outros defendiam que este mesmo tipo de abordagem seria um “avanço”.

Para nós é um avanço, já que podemos adentrar a Literatura sobre um novo viés, sobre um novo olhar, este que nem mesmo José Lins do rego tinha em sua época, e que podemos abordar a partir das próximas páginas Graças à contribuição da Nova História.

1.1 - O Legado dos Annales para a produção da História Regional

Ao adentrarmos o século XXI, o que vemos é o crescimento constante de uma produção histórica voltada para o desenvolvimento da história regional, e esse fato ocorre em qualquer parte do mundo, e sendo assim surge à necessidade de uma investigação mais profunda, tendo por base os estudiosos do início do século XX, e mais precisamente da chamada Escola dos Annales, que através da história que Marc Bloch chamou de problema, se tornou paradigma para as novas produções e novas abordagens, onde aqui encaixaremos a própria literatura como fonte de pesquisa, que nos apresenta toda uma realidade escondida por trás de

³ José Carlos reis, 2003, P.84.

obras literárias, e mais especificamente, em nosso caso, na obra do escritor Paraibano José Lins do Rego.

Antes mesmo de trabalharmos a Literatura como fonte de pesquisa histórica, devemos perceber o momento em que houve essa junção interdisciplinar que possibilitou à utilização de diversas fontes, como a própria Literatura já citada, a história oral, o cinema, a música e tantas outras formas de se abordar a história, que antes estava confinada aos documentos escritos e separada de outros campos de pesquisa como a sociologia, psicologia, economia e a geografia, esta que a seguir veremos que teve um papel fundamental na construção de uma história - problema proposta pela primeira geração dos Annales, comandada pelos amigos e historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, que se viram impressionados pelas propostas do geógrafo Vidal de La Blache, já que este defendia uma aproximação das ciências humanas.

Aqui nos baseamos no discurso de um dos principais historiadores da atualidade para resgatar essa revolução francesa na historiografia. Peter Burke, que percebe o valor inestimável e a contribuição da nova história para as novas concepções de ver e enxergar a História, formando as idéias iniciais de Bloch e Febvre ao lançarem a revista dos Annales.

Burke, distanciado da escola francesa, oferece um estudo crítico sobre o movimento, desde o bombardeio inicial contra a chamada velha história, que se inicia na primeira geração dos Annales, passando por Braudel, líder da segunda geração e que revolucionou o método de pesquisa através da História serial, quantitativa, e da chamada curta, média e longa duração, e por fim chegando ao que Dosse (1992), chamou de uma História em migalhas, ou fragmentada, abordando também o possível retorno à abordagem política e das narrativas, sendo vista sob um viés totalmente diferente do que as antigas concepções de construção do discurso histórico.

Fato mesmo é o de que através destas novas abordagens, hoje em dia podemos nos utilizar do cinema, da música, de depoimentos orais e da própria realidade literária sem sermos marginalizados do contexto histórico, que antes se utilizava apenas de documentos "legítimos", que comprovavam a veracidade do conhecimento histórico.

Bloch (2001) e Febvre propõem a substituição de uma história pobre, muito fraca em suas análises e que se encontrava limitada a vários jogos de poder, onde

havia apenas o envolvimento de grandes homens ou países, ignorando a força da coletividade, das estruturas e da própria individualidade de eventos da atualidade que não poderiam passar em vão.

As décadas de 10 e 20 do Século XX marcaram muitas rupturas no mundo, ou seja, a conjuntura daquele tempo não permitia que a História continuasse sendo produzida da forma que vinha sendo desde tempos de outrora, principalmente seguindo a linha dos historiadores ditos positivistas do século anterior. E paradigmas eles tinham de sobra para transformar o campo do conhecimento histórico em “uma outra história”, como afirmava Febvre(2001).

Em Michelet, já era sabido que o mesmo não desprezava o subjetivo, assim como a individualidade; já em Marx, sabemos do poder de suas análises baseadas no econômico e no social, e sendo assim podíamos observar o comportamento humano através do meio em que vive, e em que condições financeiras o mesmo se encontrava, idéia que vai de encontro com o pensamento de Burckhardt, que defendia o fato de que o espírito humano sente sensações diferentes de acordo com a influencia sofrida pelo meio em que vive. (BURKE, 1990, p.8).

A verdadeira quebra de paradigma dos Annales ocorre mais especificamente no decorrer do ano de 1929, quando é fundada a revista dos Annales, e que posteriormente, a geração que dela fazia parte, se denominava ou foi denominada pelos de fora como uma escola, fato que se deu devido ao grande sucesso e a nova dimensão de abordagem histórica baseadas no problema, entrando em contradição com uma história narrativa. Logo depois haveria a intenção de se estudar o homem como um todo, ou seja, haveria a tentativa de abordagem de todos os aspectos que compõem a vida do homem, e não apenas os fatos políticos, como eram vistos anteriormente.

A terceira geração do chamado Movimento dos Annales⁴ era buscar alternativas interdisciplinares, tais como o uso da Geografia, Sociologia, Psicologia, Economia entre outras, para que os novos trabalhos pudessem expandir o saber histórico muito além de suas limitações anteriores à década de 30 do século XX.

Movimento, pois em sua conjuntura interna havia divergências, que devido ao seu principal foco do primeiro momento, não deveria expor essas divergências e,

⁴ O termo escola poderia ser determinista e poderia entrar em conflito com a idéia principal do movimento, que era a quebra de paradigmas, a quebra de um método ditador de se fazer História e que estava instituído há tempos.

portanto, uma fragmentação de idéias só seria vista efetivamente a partir da chamada terceira geração dos Annales, onde historiadores ligados a História socioeconômica passariam e divergir entre si e adotarem abordagens ligadas a História Sociocultural.(BURKE, 1990, p.12).

Muitos desses historiadores da terceira geração até redescobririam, de forma diferente, é claro, novas maneiras de se produzir História política, podendo se desvincular dos métodos seriais da segunda geração, comandada por Fernand Braudel.

1.2 – A visão histórica de Jacques Le Goff sobre os Annales.

Segundo o historiador Jacques Le Goff⁵, atualmente a relação que o historiador tem para com a história é a da valorização da memória, que passa a mudar e interferir no foco de sua pesquisa. Entretanto, os historiadores, em sua concepção, não devem fazer a substituição da História tradicional pela chamada História nova sem antes ter a consciência da importância dos vários tipos de História existentes, características marcantes que são observadas pela terceira geração dos Annales. Dentre os novos “tipos” de História, Le Goff destaca a das mentalidades, que trata da: História das produções do espírito ligadas não apenas ao texto, à palavra, ao gesto; mais a imagem ou História do imaginário, literatura. (LE GOFF, 1990, p.11).

Ainda segundo o mesmo, estes novos métodos de pesquisa e de produção da História devem respeitar as antigas abordagens, de maneira que devemos aplaudir a atitude dos novos métodos sem sobrepor ou mesmo tentar reduzir o trabalho de homens que fizeram História no seu tempo. Os antigos métodos devem ser mantidos sob o mesmo patamar de pesquisas, pois não há, segundo Le Goff, um papel exclusivo de motor da História para o favorecimento de determinado método em detrimento de outro discurso histórico.

História no sentido da palavra românica significa aquele que vê, portanto um autor de livros de ficção ou de romances, como é o caso de Lins do Rego, poderá inserir em sua obra tudo aquilo que vivenciou e experimentou e que, segundo Le Goff: uma História é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade

⁵ História e Memória, 1990.

histórica ou puramente imaginária. Pode ser uma narração histórica ou uma fábula. (LE GOFF, 1990, p. 18).

É a partir da fábula que podemos construir uma determinada realidade histórica, pautada na cientificidade do contexto e do lugar social em que o autor viveu; é o encontro do pesquisador com a historicidade epistemológica vivida por personagens fictícios, salvo em casos de Biografia. Vale salientar que a fábula poderá nos conduzir para a produção de uma nova realidade histórica e a construção de novos discursos científicos.

Segundo Paul Veyne⁶, a nova proposta de historicidade excluiria a História com “H” maiúsculo, já que através desta nova proposta tudo pode ser estudado como fonte histórica, ou seja, tudo é História, como por exemplo, a natureza; as mentalidades; a loucura entre outras abordagens, assim como a literatura, que é a que nos interessa no momento.

As propostas sobre as novas abordagens estão cada vez mais explícitas como antes dito, na chamada terceira geração dos Annales, na qual Le Goff foi e é figura marcante até hoje. Este mesmo defende o fato de que os novos horizontes traçados para o despertar e desenvolvimento do conhecimento histórico é o de que a obra do historiador poderá se tornar simultaneamente política, científica e ao mesmo tempo filosófica. (LE GOFF, 1990, p. 37) Mais como nos lembra George Duby⁷:

A História é acima de tudo uma arte, uma arte essencialmente literária. A História só existe pelo discurso. Para que seja boa é preciso que o discurso seja bom... Entretanto, a mesma História, segundo o mesmo não deve ser livre, ou seja, ela pode ser um gênero literário, mais não pode ser literatura. (DUBY e LARDREAU, 1980, p. 50).

Portanto, se busca no contexto de obras literárias não o fato “real”, da maneira como o mesmo ocorreu, mais há a busca de um dos significados que o mundo real pode significar naquele contexto, sem deixar fugir, é claro, um aspecto que é de fundamental importância na História, que é a periodização. Como diz Le Goff: a periodização é indispensável a qualquer tipo de compreensão histórica... E

⁶ Le Goff faz referência a este historiador em seu livro História e Memória, 1990.

⁷ Nota de Le Goff, 1990.

como a própria História, é um processo empírico, delineado pelo historiador. (LE GOFF, 1990, p. 47) ⁸. Nisto, ele nos mostra que a periodização é um dos principais instrumentos da inteligibilidade das mudanças significativas dos fatos, onde poderemos nos ater as mesmas, sejam elas bruscas ou graduais, é através da marcação do tempo que passamos a percebê-las.

Em Lins do Rego, o contexto social de suas obras relacionadas ao ciclo da cana de açúcar no Nordeste brasileiro nos permite adentrar e periodizar o tempo de mudanças significativas ocorridas durante o período de transição dos Engenhos (caracterizados pela produção manual e artesanal do açúcar), para as Usinas (que tratam da produção industrial do mesmo produto).

Sendo assim, a partir da visão de mundo de Lins do Rego, conseguiremos e seremos capazes de analisar toda a conjuntura que cerca a vida de quem viveu nas proximidades de um Engenho ou Usina. A Literatura não nos deixará de dar o suporte necessário para que se tenha a compreensão do contexto histórico, onde segundo Le Goff, a análise de um historiador deve levar em conta esses vestígios de autores que não eram historiadores profissionais, mais que constituem parte da cultura e da mentalidade de toda uma época. (LE GOFF, 1990, p. 48)

A História da Literatura reconhece no imaginário umas das principais expressões da produção de discursos históricos, que se consolidam a partir da maneira como o historiador reage com o passado e com a memória, que não deixa de ser mais um objeto a ser analisado, gerando uma construção de conhecimento científico bem diferenciado dos parâmetros estabelecidos pela Escola Metódica, passando a adentrar os padrões que apregoam os teóricos da nova História.

A busca pela fuga dos métodos tradicionais, da História dos grandes homens e dos grandes heróis, aquela que era escrita sem qualquer tipo de crítica ou problema e que exaltava apenas os vencedores, e que agora abre espaço para uma História mais lenta, mais detalhista, que chega para fazer oposição a um passado político trágico e que, com efeito, assim como afirma Le Goff, se torna para muitos historiadores uma espécie de “anti História”, na medida em que vai sempre se opor aos métodos tradicionais e ostentadores de posições que impõem verdades absolutas e incontestáveis.

⁸ Aqui Le goff se utilizou de um discurso de Gordon Leff (1969. p.130)

O fato é o de que para se produzir História a partir das novas concepções de abordagem, deve-se procurar em tudo, desde as canções, as danças, os símbolos e qualquer outro tipo de atuação que desperte a nossa atuação mnemônica (LE GOFF, 1990, p.86). A História deve perscrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação, todos esses velhos discursos sob os quais ela deve descobrir alguma coisa de muito real, ou seja, onde o homem passou e deixou alguma marca de vestígios de sua vida e inteligência, lá estará o historiador para desencavar o que estava no escuro, sem explicação.

CAPITULO II

2 A VISÃO DO NORDESTE NA OBRA DE JOSÉ LINS DO REGO

O objetivo deste capítulo é abordar duas obras do romancista José Lins do Rego, com destaque para *Menino de Engenho* e *Fogo Morto*. Estas que foram escritas na chamada década 30, famosa pelo impulso do movimento modernista de escritores no Brasil.

José Lins, Paraibano que inspira seus personagens de acordo com a sua própria vivência e nos dá a oportunidade de transformar seus contos em ricas fontes documentais, que transmitem todo o contexto de uma realidade histórica. Realidade do filho de uma concepção de Nordeste que reflete, durante o ciclo da cana de açúcar, um problema social emergente, representado pela queda do patriarcado rural, que vive o processo de decadência e que vai acarretar na morte dos Engenhos e de toda uma gama de comportamentos no âmbito cultural. Isso se dá em detrimento da modernização, da mecanização e instalação das usinas, assim como a dispersão do povo pobre, que mesmo com a abolição da escravidão no Brasil, vivia sob um regime bem peculiar e que se assemelharia como apontam muitos historiadores, a servidão feudal.

Seus romances foram considerados como sendo verdadeiros monumentos, onde os historiadores se deleitariam ao transformá-los em documentos para a construção de uma realidade vivida e marcada nas páginas da História. É na região do município de Pilar, em meio a vestígios de senzalas, que paralelamente se encaminham as suas monumentais tramas, em *Menino de Engenho* e *Fogo Morto*.

Segundo Carlos Drummond de Andrade⁹, Lins do Rego conta com paixão a tradição familiar que lhe foi passada, dramatizando a sua infância em uma conjuntura cultural, econômica e política, sendo que para a década de 30 do Séc. XX, na historiografia, ainda não havia o hábito da leitura de uma realidade tão trágica sob o aspecto de uma descrição ao mesmo tempo simples, sob uma ficção com aspectos quase inofensivos e ao mesmo tempo com traços de romantismo em um mundo que vivia um momento de crise, em que determinada maneira de viver

⁹ Dedicatória dada pelo poeta em um espaço da 47ª Ed. De *menino de Engenho*. 1991. Crônica transcrita na morte do seu amigo querido, que saiu nas linhas do *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro, 15/09/1957).

estaria desaparecendo em detrimento da modernidade que chegara aos poucos ao mundo rural.

2.1 – A visão do Nordeste em Menino de Engenho

A visão do Nordeste em Menino de Engenho, para Lins do Rego, é de algo fabuloso, saudosista. É o nordeste litorâneo, das frutas, dos banhos dos rios, das cheias e das paisagens guardadas na memória infanto-juvenil do menino Carlinhos, personagem principal da História, que se mistura com as memórias do autor, onde, segundo o próprio criador do conto, viver no engenho significaria estar adentrando a um tipo de conto de fadas (REGO, 1932, p. 09).

Sua preocupação em mistificar e glorificar o seu lugar de origem parte do pressuposto de que o autor da obra fazia parte do movimento modernista da década de 30, onde estavam envolvidos naquele projeto grandes nomes da Literatura brasileira, como José Américo, Gilberto Freyre dentre outros que tinham um aspecto comum entre si; que era a distancia do seu lugar social de origem, e onde, ao se depararem com discursos estereotipados sobre o Nordeste na Região em que estavam, proporião uma reação, que teria como intenção mostrar ao restante do país o “outro” Nordeste, o romantismo de sua terra, os seus valores entrariam em choque para com aqueles que desconheciam as suas realidades de suas Regiões de origem.

O fato da Região Sul/Sudeste do País já estar consolidada como a Região detentora do poder econômico e se impor como ideologia dominante no Brasil dos anos trinta causou uma inquietação por parte dos pensadores do “Norte”, e isso influenciou profundamente no surgimento de um movimento regionalista dos então Estados do Norte, fato que abriu realmente as portas para a produção de novas obras, de novos discursos voltados para a construção de um outro Nordeste, que a partir de agora não seria apenas aquele das secas e dos flagelados, mas um Nordeste cheio de saudade, cheio de belezas e de um povo com uma cultura forte e arraigada, que fariam aqueles que foram embora se identificarem ao chegar a outros pontos do País.

Esse é o contraste que se faz da relação entre a saudade do antigo e certa reação ao moderno, que tinha a representação mais forte no início do Séc. XX na cidade do Rio de Janeiro. Em Lins do Rego há a preocupação em mostrar que sua

terra natal não é apenas seca, não é só sertão, mais sim litoral, onde também chove, onde há beleza nas frutas locais, onde se pode sentir o frio da manhã, onde se pode provar uma comida diferente; é a terra do cuscuz, do milho cozido, do angu, da macaxeira e do requeijão (REGO, 1932, p. 11).

A vida na cidade o tornaria “inexperiente”, pois o distanciaria das maravilhas que o campo podia proporcioná-lo quando criança. Sua reação aos avanços da modernidade, em *Menino de Engenho*, se explica pela simplicidade com que o tempo passa, com o ritmo de vida desacelerado dos Engenhos, se comparado com o ritmo industrial das Usinas que estavam por chegar. Em um dos trechos da obra ele nos esclarece:

Daí a impressão extraordinária que me iam causando os mais insignificantes aspectos de tudo o que estava vendo... Não sei por que os meninos gostam tanto das máquinas. Minha atenção inteira foi voltada para o mecanismo do Engenho (REGO, 1932, p.12).

Tudo muito simples e perfeito, esta é a sensação que o autor de *Menino de Engenho* nos dá; sensação prazerosa de liberdade nos terrenos sem fim das propriedades de seu avô. Ah a tal da liberdade, palavra mágica que transpassa qualquer problema, seja ele dos “servos” do avô do menino Carlinhos, ou outros problemas sociais da época que se encontram ocultos aos olhos do autor, que preserva sua memória sob o ponto de vista elitista, onde não há culpabilidade nenhuma pela pobreza, ou pela miséria que o povo enfrenta, que acaba por se tornar parte secundária na trama.

Ele também faz referencia as histórias de cangaceiros, figura típica do Nordeste brasileiro, e que tinham uma relação estreita com muitos senhores de engenho. São-nos passadas também as saudosas visitas entre os vizinhos, com suas longas conversas que podiam durar dias e noites inteiras. Do autor nos vem às lembranças dos jogos, das brincadeiras e da maneira como se enxergava o tempo cíclico do campo, principalmente quando se tratava das épocas da espera pelas chuvas.

Ciclos do tempo que diferem do estilo linear de se contabilizá-lo, tempo que marca o homem pelo saber da época do preparo do seu plantio, a partir de notícias

como a chegada de relâmpagos nas cabeceiras dos rios, entrando e arrancando as batatas e os jerimuns das vazantes (REGO, 1932, p. 24).

O que dizer da ação das cheias? Seria uma tragédia ou uma alegria do povo ao ver o Paraíba transbordando de barragem em barragem? A ajuda dos refugiados das enchentes também fez parte do cotidiano do autor, que enxergou os episódios como conto de bravura de uma gente que enfrenta uma cheia com dedicação, mesmo sabendo de sua submissão para com o Engenho, mais que não os faziam reclamar de sua condição de vida precária.

A visão de mundo em Lins do Rego é reflexo de sua vivência em uma sociedade formada no estilo patriarcal, que em seu auge reflete o autoritarismo oligárquico dos coronéis contra os menos favorecidos, visto no corte da cana nas bagaceiras e de negros que mesmo com a abolição da escravidão, ainda se viam por muitas vezes sujeitos ao encontro do tronco e do chicote, atitudes que ainda não fugiam da normalidade em alguns engenhos, onde o poder do coronel entrava em conflito com o poder do Estado.

José Lins deixa sua obra como legado para averiguação de futuros historiadores, que a partir delas vão descobrir a maneira de falar do matuto, e a sua forma extremamente simples de expor os fatos comuns dos seus conterrâneos nos faz adentrar em contos antes vistos apenas no imaginário e na oralidade do seu povo. Suas histórias sobre lobisomens, das cabras-cabriolas, das caiporas que encontravam os caçadores solitários dentro das matas (REGO, 1932, p. 49). E outros seres sobrenaturais que rondavam os engenhos nos fazem pensar o quão rica é a nossa História oral, onde muito desses contos originaram muitas histórias dos livros da Literatura de cordel.

A questão histórica do período pós-abolicionista está presente na obra Menino de Engenho, onde a submissão era clara e evidente como segue nos versos a seguir:

As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram à rua, como elas chamavam a senzala... O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir... E elas trabalhavam de graça, com a mesma alegria da escravidão... Com o mesmo amor a casa grande e a mesma passividade de bons animais domésticos (REGO, 1932, pp. 54-55).

Durante o auge do período coronelista, durante a República velha, a autoridade dos coronéis, como antes citado neste trabalho, muitas vezes chegava a transpassar os limites do Estado e do município. O seu domínio era condicionado pela relação Coronel/ Servo que era proveniente de longas datas e só conheceria uma mudança mais efetiva a partir da revolução de 30.

Apesar de todo este contexto histórico, o autor de Menino de Engenho diz ter vivenciado dias de glória em sua infância, e estaria sob a tutela de um homem que era o modelo do Coronel bondoso e exemplar para os outros de mesmo cargo em sua Região. Toda esta apologia é feita debaixo dos narizes dos leitores, que podem observar a discrepância entre o tratamento diferenciado dado a um neto de Coronel, personagem principal do livro, e o modo de vida dos filhos dos pobres, tornando evidente que o ponto de vista do autor era de um lugar social atrelado à elite rural e litorânea nordestina.

O fato que mais lhe cortava o coração era ver o que era conhecido na época como Engenho de fogo morto, que eram aqueles em que não mais se produzia cana de açúcar como antes, devido a conseqüências do desenvolvimento urbano e industrial que já se estabelecia no Brasil na primeira metade do Séc. XX.

Lins do Rego nos dá o exemplo do engenho de seu Lula, que já se encontrava com poucos trabalhadores, desolado pelas ruínas, onde o mata pasto já não era cortado, os carros de boi eram vendidos e o povo vivia a fugir para outros Engenhos, em que a própria imagem do coronel começava a se desfazer em importância. Era a prova de que a resistência à modernização não duraria mais do que duas ou três décadas, ou seja, os Engenhos que não caminhavam para sua modernização estavam fadados e enfrentar a sua própria morte.

A visão elitista em Menino de Engenho faz o autor crer que sua posição social privilegiada era efeito da vontade de Deus, assim como os negros pobres e miseráveis o eram pela vontade do altíssimo. Sendo assim, os senhores maltratavam seus “servos”, e mandavam nas matas e terras por que tinham o aparato do senhor (REGO, 1932, p.88).

A riqueza de detalhes sobre o período posterior a escravidão no Nordeste açucareiro nos faz saber e observar as dificuldades e a falta de opção dos negros em sua tentativa de sobrevivência, onde muitos nem sequer tinham o que comer ou vestir, estando à mercê do que os senhores quisessem os pagar, ou seja, foi um período em que o poderoso desfrutou da situação, onde muitos até ganharam bem

mais dinheiro do que antes ganhavam na época da escravidão, onde eram obrigados a alimentar e vestir adequadamente seus cativos, e que segundo Rego, os negros não andavam nus como hoje, com os “troços” aparecendo (1932, p.90).

A afirmação da masculinidade do homem do campo também se faz presente na obra do escritor paraibano, pela forma como a mulher está submissa ao homem e da maneira como o menino faz a transição de sua infância para a adolescência, sendo apresentado precocemente ao sexo, que lhe dará fama de homem formado e malicioso.

E assim passaria o tempo no Engenho de Santa Rosa, tempo cíclico, das chuvas do inverno e do calor do verão, onde a saudade marcaria o autor paraibano pelo resto de sua vida.

2.2 – As representações em Roger Chartier

Uma das prioridades de inserir Chartier neste trabalho é verificar a construção do mundo como representação. Esta que pode ser vista na Literatura, apesar de haver por parte de muitos a desconfiança pelo fato desta fonte ter um estatuto menos “real” do que o documento de arquivo. Sendo assim, as formas narrativas assumem um duplo sentido, pois, por um lado são inerentes ao discurso histórico e literário, e por outro, segundo Chartier (2002), fazem parte dos documentos que o historiador toma por objeto. Ele também aborda as representações como realidade de múltiplos sentidos.

Nas décadas de 60 e 70, o saber histórico estava aprisionado a produção de uma História serial e quantitativa, fazendo com que os outros saberes de caráter social diminuíssem sua importância como ciência empírica, gerando uma forte reação aos historiadores, que buscaram reagir e voltar aos fundadores dos *Annales* da década de 30, onde predominaria a interdisciplinaridade sob a nova designação de *História das mentalidades* ou de *Psicologia histórica*, delimitando, a partir daquele momento um novo campo, com novos objetos, tomados de empréstimos de diversas disciplinas vizinhas, dentre as quais a Literatura. (CHARTIER, 2002, p. 15).

Era à busca de uma nova legitimidade científica, onde seria utilizada em conjunto com a História literária, a Filosofia e a epistemologia das ciências.

A História social seria construída a partir da identificação em diferentes lugares e momentos, de uma realidade social construída e pensada a partir das

classificações, das divisões, e organização que nos fazem apreender o mundo social e aproximá-lo do real, a partir da decifração do espaço analisado.

Assim, as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas por interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p.17)

A partir destas afirmativas, passamos saber que as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, no caso o Nordeste, poderão ser discursos produzidos estrategicamente tendo por função a imposição de uma autoridade a partir da justificativa de suas condutas.

A investigação das representações em Chartier supõe-nas como sempre colocadas no campo da concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação, onde, as lutas entre as representações compreendem o mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os seus valores, o seu domínio. (CHARTIER, 2002, p.17).

O campo da representação está ligado a História dirigida às ficções de discursos distanciados do real, ao inverso da História documentada, quantificada, que tentava reconstruir a História tal qual ela era. No caso do Nordeste, as representações ganham uma dimensão coletiva, que pode gerar diversos estereótipos que possam descrever aquela sociedade como ela verdadeiramente é, ou como gostariam que fosse, ou seja, haverá a construção de símbolos que marcarão a representação daquela realidade.

A representação é instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem, ou um discurso escrito em uma obra literária, que será capaz de fazer uma reconstituição em memória ou de figurar este objeto ausente tal qual ele é. (CHARTIER, 2002, p.20).

Todas elas fazem com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser pelo signo que a exhibe, sendo assim, os costumes, as vestes, a forma de falar do homem nordestino nas obras de Lins do Rego, constroem a imagem “autêntica” deste

mesmo homem, fato que poderá acarretar em grandes preconceitos quando o mesmo se deslocar de seu lugar de origem.

Aquele que não conhece determinada Região e que só tem o modelo literário e da mídia para ajudá-lo a construir as representações, poderá estereotipar inconscientemente os migrantes daquela Região. Isso faz com que a imaginação, a mestra do erro e da falsidade, faça com que, o mesmo faça ostentar uma verdade sobre uma realidade inexistente.

Essa representação apropriada faz com que tenhamos uma máquina de apropriação, ora de respeito, ora de submissão, o instrumento que poderá produzir o constrangimento interiorizado por parte daquele que se encontra representado.

As representações são as construções de identidades que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, gerando estratégias que definirão as posições e as relações atribuídas a cada classe.

2.3– A visão do Nordeste em Fogo Morto

Em Fogo Morto, existe em alguns momentos da obra, o sentimento de reação ao progresso, que vai desde as reclamações do seleiro José Amaro, que tem suas vendas diminuídas devido à chegada de selas industrializadas a Paraíba, aos apelos dos Coronéis diante da força policial, que agora desafiava sua autoridade, já que o poder estatal cada vez mais se fortificava.

A obra de Rego marca o período de transição do poder dos senhores de engenho para o poder do Estado; da nação que tomava cada vez mais sua forma republicana.

Senhores que estavam adaptados a ganhar votos por influencia, por áreas de atuação e que agora viam o respeito de suas patentes ameaçadas, seja pelas novas autoridades que se estabeleciam pela Paraíba, ou até mesmo pela interferência do banditismo em suas terras. Fogo Morto marca o período da decadência dos coronéis de engenhos.

O destaque nesta obra, sem sombra de dúvidas é o linguajar popular que dá todas as informações precisas do modo de falar, da cultura lingüística do nordestino do campo, inclusive contrastando-a com grandes centros da época como a cidade de Recife.

As cantorias, comuns no início do Séc. XX, expressam a musicalidade e poética que se assemelha e muito aos motes da Literatura de Cordel, expressos em livretos que preservam e transmitem a cultura e a simplicidade do homem nordestino.

Ô lê lê vira a moenda,
 Ô lê lê moenda virou,
 Quem não tem uma camisa,
 Pra que quer um palitô?
 O caixeiro bebe na venda,
 O patrão no varadô,
 Eu estava em Itabaiana,
 Quando a boiada passou,
 Ô lê lê vira a moenda,
 Ô lê lê moenda virou¹⁰

Essa linguagem só pode ser escrita por alguém que está ligado diretamente a terra, e isto Rego tinha de sobra, principalmente quando se trata do grande conhecimento que tinha para com suas descrições minuciosas dos lugares por onde passava, onde o mesmo, por muitas vezes nos dá uma verdadeira aula de Botânica, ao estar sempre se referindo a vegetação que cerca seus personagens em seus romances de uma forma magistral.

É o homem que nos faz imaginar o cheiro das cajazeiras, o formato das pitombeiras, entre tantos outros como o canto noturno das casuarinas, do seu romance *Água – Mãe*, dando a entender que o mesmo não deixava escapar os traços da vegetação que o cercava, não importando o lugar em que estivesse. Aspectos importantíssimos que fazem o leitor se ambientar muito melhor aos lugares das descrições de seus romances.

A valorização do trabalho manual é um aspecto constante na obra de José Lins do Rego, onde o Senhor de Engenho tem admiração pela sua terra, onde o mesmo vê gosto no seu ofício, não “aturando” uma vida descansada e longe da terra.

No ponto de vista de seu personagem Capitão Tomás, em *Fogo Morto*, não havia razão para um homem, dono de engenho, ficar dentro de casa em uma manhã

¹⁰ REGO, 1943, p. 79

de maio, pois lá fora estariam os negros a cavar covas para o plantio da cana (REGO, 1942, p. 136). Trata-se aqui da maneira como o homem do campo toma gosto pela sua lavoura crescida na terra, o ver o seu engenho moendo lhe traz felicidade, naquele bonito safrejar de vinte e quatro horas. O cheiro do mel; da terra molhada; a chuva, o sol, os lagartos saindo da toca, as cheias dos rios, enfim, o gosto do homem pelas coisas boas da vida (REGO, 1942, p.136).

Coisas boas que ele se refere ao falar de uma Região mais voltada para o litoral; uma realidade bem diferente do sertão paraibano, a terra de ninguém onde a força dos coronéis não tinha o alcance efetivo como tinha nas áreas litorâneas.

O poder paralelo representado pelos cangaceiros também está sempre presente em sua obra, tanto que o mesmo tem uma obra específica com este nome, mais vamos nos ater aqui a presença do famigerado Antonio Silvino em Fogo Morto, homem que desafia o poder governamental e as autoridades locais, representadas pelos Coronéis, aonde muitos chegavam a trocar favores com o cangaceiro muitas vezes por medo de represália do seu bando, fato que comprova a força do movimento do banditismo no início do Séc. XX.

Estes que para o povo poderiam representar o Diabo ou o salvador dos pobres, uma espécie de Robin Hood do Nordeste brasileiro. E que segundo José Lins. Quem podia com eles que mandavam em todo o interior do Estado como um governo próprio? Parece um absurdo, mais era verdade, nada se podia fazer diante daquela força. (REGO, 1942, p. 198)

Portanto, concordando com Mário de Andrade, neste capítulo chegamos à conclusão de que a audácia de José Lins do Rego é assombrosa no sentido de que o mesmo dá em suas obras o processo de repetição de um processo de construção de uma dada realidade, neste caso, dos valores do homem nordestino em quase todos os seus livros. Ele nos dá personagens analfabetos e populares que tem uma cultura altamente complexa, no sentido de que os mesmos não agem pela inteligência lógica, mais por seus instintos “naturais”.

Com efeito, Lins do Rego, retomando o ciclo da cana de açúcar, nos descreve, nos dá mesmo um exemplo singularmente provante duma

sociedade que, boa ou má, estava perfeitamente assentada e sedimentada no seu jeito de ser, em sua cultura¹¹.

O que nos leva a crer que mesmo maltratados por sucessivas desgraças, seus personagens não se sentem idealmente irrealizados, onde o que os move é o fato social, que determina a sua existência.

Agora sabemos que Lins do Rego é fenomenal em sua força criadora e imaginativa; em sua disponibilidade filosófica, sociológica, política e mesmo de concepção estética que marca este grande romancista brasileiro.

¹¹ Trecho do estudo escrito por Mário de Andrade em 25 de janeiro de 1944, e que faz parte do seu livro: O empalhador de passarinho, 2ª ED.PP. 291 – 295. São Paulo, Martins.

CAPITULO III

3 A construção da identidade Regional em José Lins do Rego

3.1 – A identidade cultural em Stuart Hall

A maioria dos estereótipos sobre a identidade nordestina estão sendo desconstruídos com o passar do tempo, pois hoje, segundo Hall, a crise de identidade na pós-modernidade tem se acentuado cada vez mais, ou seja, vivemos em um mundo cada vez mais complexo onde o sujeito se encontra cada vez mais descentralizado, em sua forma mais simples.

As velhas identidades, que por tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o individuo moderno até aqui visto como sujeito unificado (HALL, 1992, p. 07).

Trazendo a temática para a realidade do Nordeste, muito dos estigmas formados que conhecemos sobre essa Região datam de um período que antecede a década de 30 do Séc. XX, e que marca o declínio do Nordeste açucareiro como uma das principais fontes de renda do país, onde o núcleo do poder passaria, como citado em outros capítulos, para o sul do Brasil, onde se desenvolvia o cultivo e a exportação do café.

O conceito de identidade, vale salientar, tem várias formas e é bastante complexo, onde, de acordo com as abordagens e as intenções do historiador, tenta-se perceber ao se estudar determinada Região, os possíveis aspectos construídos historicamente.

Na Literatura, esta construção de identidades poderá estar ligada por ideologias que tendem a fazer apologia ou deturpar determinada Região, quase sempre em busca de favores que envolvem dinheiro e poder. Por exemplo, quando um grupo de pessoas ligadas à elite toma para si um discurso com foros de “verdade”, este mesmo grupo fará com que estereótipos criados pelo mesmo atinjam diversos setores da sociedade.

No caso do discurso proveniente do sul do país, que por vezes desmerece o potencial do Nordeste é reflexo da ajuda e o reforço do discurso através de produções literárias como “Os sertões”, que mostram a dura realidade do homem nordestino.

Entretanto, segundo Hall, estas transformações no âmbito de conceitos como nacionalidade, gênero, entre outras, vem perdendo seu caráter antigo de verdade, e se formos analisá-los de acordo com a conjuntura do final do Séc. XX, veremos a desfragmentação destas antigas paisagens culturais. (HALL, 1992, p. 09)

Mais por que a reação do indivíduo nordestino perante o discurso perturbador do sujeito que vive no Sul do País?

Segundo Hall, esta reação se daria a partir do momento em que o sujeito adentrasse em uma crise de identidade, ou seja, o próprio conceito de identidade só seria discutido quando o mesmo estivesse enfrentando algum problema ou quando algo se impuser a ele como um discurso fixo e estável, deixando muitas brechas para a discordância e a incerteza, que irá ocasionar, mais cedo ou mais tarde, em um processo de reação.

Os questionamentos da Escola dos Annales, como visto anteriormente, vieram para instigar os novos historiadores a entrarem em uma crise da identidade fixa e essencialista da chamada Antiga História. Esta que tinha sua essência na análise do documento como algo mitificado, de caráter e de legitimidade inquestionáveis e, sendo assim, a concepção utilizada na produção histórica da Escola Metódica é a que se baseia no sujeito do iluminismo, onde, segundo Hall, este acreditaria na concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado; unificado e dotado das capacidades da razão; da consciência e da ação, onde o centro essencial do eu era a identidade formada de uma pessoa. (HALL, 1992, p. 11)

Esta concepção de identidade vista anteriormente é bem diferente daquela voltada para o sujeito sociológico, onde o homem estaria ligado à complexidade do mundo exterior, e sendo assim, estaria ligado aos valores, símbolos e a cultura em que o mesmo estaria inserido. O que seria interessante, pois a identidade, a partir destas concepções sociológicas abriria o leque de abordagens no campo da História, já que haveria a busca do preenchimento do espaço entre o mundo pessoal e o mundo público, onde a identidade cultural buscaria preencher o espaço onde

vive este indivíduo, de acordo com as influências que o ambiente proporcionará ao mesmo.

Portanto, o que Hall defende é a hipótese de que toda identidade é construída historicamente e não biologicamente, e o lugar social terá um papel crucial nesta construção (Hall, 1992, P. 13), e sendo assim, com o passar do tempo, o homem também poderá construir uma identidade para cada lugar social em que se encontre.

Os grandes escritores da geração de 30, como Gilberto Freyre, o próprio Lins do Rego, José Américo entre outros, tinham entre si o fato comum de estarem vivendo em uma Região diferente de suas origens, e, portanto, o momento era propício para a defesa de sua cultura “original”, “essencial”, ou seja, seria uma forma destes homens não deixarem se rebaixar ao discurso que se impunha no Sul do País.

Portanto, é de acordo com o momento que poderemos assumir diferentes identidades, mesmo que essas sejam temporárias e mudem nossos comportamentos bruscamente, no entanto, alguns princípios que temos arraigados pela forte construção histórica da identidade poderão permanecer e dar continuidade as tradições, apesar das transformações do tempo.

3.2 – O Lugar Social em Michel de Certeau

Para que não se cometa o erro de se produzir História prática sem teoria, é necessário que se observe o lugar social a que o autor estará ligado.

Em Certeau, o uso da prática sem teoria desembocaria em valores eternos, ou podem transformar a pesquisa na apologia de um intemporal.

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma Literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada como atividade humana enquanto prática. (CERTEAU, 1982, p. 65)

A fala de Certeau pode ser empregada facilmente nas obras de Lins do Rego, no sentido de que o mesmo criara toda uma realidade em que viveu em Literatura.

Seus personagens nos convencem com maestria o quanto nos aproximamos do mundo “real” que marcou a vida cotidiana nos Engenhos da zona da mata paraibana.

Segundo Certeau, é no lugar social que devemos atentar para as particularidades do autor, e se o mesmo estaria ligado a privilégios de classe social. É em função deste lugar social que o historiador irá se utilizar dos métodos necessários à organização de um trabalho científico, epistemológico e questionador de realidades. (Certeau, 1982, P.P. 65 – 66)

O grande sucesso de Lins do Rego pode ser explicado pela maneira simples e objetiva de sua escrita, ou seja, era um homem que em momento algum negava a sua origem, o seu lugar social, podendo arrebatara leitores de todas as idades e localidades.

Em Rego não havia a preocupação de escrever para a academia, mais sim na maneira peculiar que deveria manter os traços culturais de seu lugar de origem. Entretanto, Certeau alerta que não é apenas necessário o reconhecimento do lugar de origem para que se venha a produzir História, esta é apenas à condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser legendária (edificante) ou nem atópica (sem pertinência).

3.3– Existência e Consciência da Desigualdade Regional em Silveira

Em Rosa Maria Godoy Silveira, há uma aproximação com a realidade vivida em Lins do Rego, no sentido de se tratar de uma abordagem sobre a percepção das classes dominantes nas províncias de Pernambuco e da Paraíba¹²; sobre o seu espaço a partir da segunda metade do Séc. XIX e início do XX, diante do impacto do processo modernizador.

Analisar a Região Nordeste é estudar o espaço mais antigo do País em termos de ocupação demográfica e econômica. A partir deste ponto vimos o resultado de uma construção de identidade objetiva, geográfica e cultural totalmente diferenciada de outros espaços posteriormente ocupados, onde esta se manteve hegemônica sobre esses novos espaços por quase três séculos. (SILVEIRA, 1984, p. 15)

¹² Nome atual e não com Ph, como era utilizado na época.

O momento mais denso das produções do Movimento Regionalista data justamente da segunda metade da década de 20 do Séc. XX. Este movimento seria o reforço de uma identidade que se encontrava em crise, já que existiam outras identidades espaciais que faziam oposição às províncias do “Norte”, ou seja, os estados do Sul já eram ideologicamente dominantes no Brasil da primeira metade do Séc. XX.

O discurso regionalista é explicitado pela apresentação da essência cultural do homem nordestino, e faz oposição ao discurso hegemônico do outro espaço regional. Em Silveira, o solapamento dos poderes econômicos e políticos dos grupos de poder que entraram em crise ocasiona em uma espécie de auto defesa de seus interesses.

Em nossa pesquisa, os interesses foram voltados para a defesa do Nordeste pelos escritores do Regionalismo, (em especial, José Lins do Rego), que irão defender sempre o seu lugar de origem, assim como as relações sociais nele vigentes. Isto tudo tendo como foco principal o combate a praticas de Xenofobia, que passaria a crescer na parte sul do País, que desde o início do chamado ciclo do Café, passaria a comandar a nação economicamente e, conseqüentemente, ideologicamente.

Xenofobia que pode mudar de lado, pois a divulgação de valores tidos como da essência do homem Paraibano, por exemplo, poderá fazer com que o mesmo crie aversão ao que vem de fora da sua cultura cotidiana.

Sabemos que em nenhuma Região do Brasil se teve tantos escritos como o Nordeste. Afinal, por muito tempo a hegemonia econômica esteve com ela, porém, a maior parte das obras começaram a ser escritas no período considerado de crise, ou seja, o processo de perda da primazia econômica e política gerou a necessidade da elaboração de uma historiografia voltada para a crise.

Em Gilberto Freyre, a concepção de Região iria muito além de um espaço físico estadualizado, fronteiro e definido pela nação, podendo ela ser uma divisão mais cultural do que política, e tendo aspectos mais sociais do que a demarcação de uma fronteira, a cultura é capaz de transpassar os limites provinciais ou estaduais.

Esses valores, em Lins do Rego, são preservados de maneira saudosista, como antes citado neste trabalho, como pôde ser observado em Menino de engenho e Fogo Morto. Devemos destacar o fato de que obras de cunho saudosista tendem a fazer apologia e buscar a preservação cultural e social, ao contrário de obras de

caráter mais dramáticas, que tendem a destacar a visão, por exemplo, de um nordeste sertanejo, distante do poderio e da realidade das grandes oligarquias.

Este seria o “outro” Nordeste, que em Djacir Menezes atuaria baseado em temas como a caatinga e as secas, bem diferente do Nordeste Freyriano, que segundo Silveira, seria aquele ligado a área canavieira, onde seu discurso, assim como em Lins do Rego, seria voltado a uma reação de dominação ideológica, cultural e política dos “grandes Estados”.

O trunfo da visão nordestina do sertanejo sofrido seria o discurso de apelação por verbas, já que ali estaria apresentada a realidade em que se encontrava aquele povo. O discurso em Menezes seria aquele voltado para a área Pecuário – Algodoeira, onde o mesmo defenderia a intervenção do Estado, já que a situação de crise estava agravada e acarretando inclusive grande êxodo por parte de seus habitantes, que fugiam para outras localidades com o receio de morrer de fome ou ficar a mingua das verbas do Governo, que nunca chegavam por lá.

O fato é que as oligarquias ainda permaneceriam por certo tempo como classe dominante no Nordeste açucareiro, e apesar da crise o que caía e entrava em declínio direto seria o domínio político. A oligarquia como dirigente entraria em ruínas a partir da revolução da Década de 30 do Séc. XX.

3.4– Preconceito contra a origem Geográfica e de Lugar

Em Durval Muniz¹³ a idéia da própria construção do Nordeste despertou um preconceito por origem geográfica, aonde, o nordestino ao chegar a outras Regiões do País, muitas vezes é tratado como o retirante, o flagelado, o migrante, o pau de arara, o arigó, entre outros. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 89)

Essa imagem do homem nordestino tornou-se uma essência imutável, massificada por muitos. Entretanto, é necessário se observar que nem sempre a visão que temos do Nordeste foi assim, ou seja, houve uma construção proposital do que é ser o nordestino, e essa construção se deu exatamente com a intervenção direta da Literatura e de outras produções de caráter artístico.

¹³ Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia, 2007.

Primeiramente relembro que o Nordeste como recorte territorial só veio existir depois da Década de 10 do Séc. XX, já que anteriormente a este período o Brasil estava dividido entre as províncias do Norte e do Sul.

O que Albuquerque nos chama a atenção é o fato de que todas essas concepções do que é ser nordestino são provenientes da própria Região, seja pelo discurso das elites, ou pelas obras dos grandes intelectuais da Região.

O Regionalismo Nortista, embrião do Regionalismo Nordestino, nasce com o crescente descontentamento das elites da área açucareira e das áreas a ela ligadas, com a pouca assistência recebida por parte da União, no que tange a crise econômica vivida por este espaço, desde que seus principais produtos de exportação, o açúcar e o algodão, perdem espaço no mercado internacional e vêem seus preços se reduzirem. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 91)

O distanciamento das elites nordestinas para com a capital do Brasil, então Rio de Janeiro, fizeram com que os discursos por carência de atenção aos Estados do Norte mostrassem a realidade social em que se encontravam tais províncias, articulando seus discursos com um cunho extremamente político e Regionalista.

Um bom exemplo é o da grande seca de 1877 – 1879. Como sabemos, a seca é um fenômeno comum na Região Nordestina, e sendo assim, enquanto as elites agrárias estavam com o seu poder e domínio consolidado, as secas para os mesmos seriam absolutamente normais. No entanto, este período em especial (1877 – 1879), já se previa o declínio das classes dominantes do Nordeste brasileiro, e, portanto, a partir deste processo de decadência, a seca passaria a ser noticiada como prioridade, como um caso de extrema importância para o cotidiano político do Nordeste, onde haveria uma repercussão bem maior do que as secas anteriores e a elite participaria de uma forma como nunca havia participado.

As transformações estéticas trazidas pelo modernismo na década de 30 vão dar sentido e sugestões sobre o tema do Regionalismo e do tradicionalismo, fazendo emergir no País diversos autores da chamada geração de romancistas de 30, de onde surgiram diversas imagens que nos levam a crer que ainda circulam por outras Regiões como verdades sobre o Nordeste.

Dentre os autores desta geração, merecem destaque, além de José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos. Sendo assim, obras como *A Bagaceira*, *Menino de Engenho*, *Fogo morto*, *O Quinze*, *São Bernardo* ou *Vidas Secas*, são considerados como verdadeiros clássicos da Literatura Nacional, pois se constituíram para os habitantes de outras Regiões como verdadeiros paradigmas, fontes de informação de como seria o povo do Nordeste. Entretanto, o reducionismo de quem nunca visitou a Região, fará a maioria pensar que a figura do nordestino estará sempre ligada a do Beato, do cangaceiro, do flagelado, tendo em vista o reforço que os mesmos tiveram a partir destas leituras. Portanto, segundo Albuquerque Júnior, a forma como o nordestino foi pensado, e construído por este vasto material cultural, desde o início do Séc. XX é fundamental para compreendermos muitos dos estereótipos que circulam nacionalmente em torno da figura do nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por finalidade mostrar as possibilidades de se produzir História através do diálogo com a Literatura, a partir de pesquisa das obras literárias do autor José Lins do Rego. Estas que só seriam possíveis devido à teoria elaborada no início do Séc. XX pela Escola dos Annales, que quebram paradigmas da chamada escola metódica e expandem os objetos de pesquisa capazes de se produzir o conhecimento histórico, já que anteriormente estes objetos estavam ligados apenas a documentos escritos.

A partir de suas obras pudemos observar o quanto o seu lugar social o influenciou na construção de uma visão de Nordeste romantizada, saudosista, mas que está diretamente ligada à elite agrária da zona da mata Paraibana.

A construção de uma identidade cultural nos faz pensar que o homem é produto do meio. Entretanto Hall nos fez enxergar que há uma descentralização da cultura massificada, que prega uma essência, mais que muitos ainda insistem em usar estas identidades do Nordeste como forma de reduzir os seus habitantes através do preconceito por origem geográfica, visto em Albuquerque júnior.

Em Chartier, esses preconceitos são formulados a partir de representações, criadas a partir da imaginação de quem nunca visitou a Região Nordeste, e que teria como única fonte de informação os escritos e os símbolos criados a partir de discursos construídos dentro do próprio Nordeste.

Em Silveira vimos que este preconceito data do período de maior produção literária do Nordeste, que se deu justamente durante um período de declínio dos Engenhos, em detrimento da produção do Café no Sul do País, e sendo assim, o discurso literário serviria para tentar impedir o avanço ideológico da outra Região, tentando preservar a cultura considerada como tradicional e essencial do homem Nordestino.

Portanto, o foco principal foi mostrar que é possível o diálogo entre a Literatura e a História, onde, se usarmos de teorias adequadas, poderemos tornar nossa pesquisa de um caráter de cientificidade de alto nível, nos proporcionando a construção de realidades e discursos que anteriormente eram inéditos aos olhos dos historiadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, São Paulo, Cortez Editora, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia** / Durval Muniz de Albuquerque Júnior. – São Paulo: Cortez, 2007.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador** / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução Francesa da Historiografia**/ Peter Burke; tradução de Nila Odalia. – São Paulo, fundação editora da UNESP. 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes ;revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História cultural, entre práticas e representações** / Roger Chartier. – Miraflores – Portugal: Difel.82, Difusão Editorial. S.A, 1988.

DOSSE, François. **A história em migalhas : dos Annales à Nova História**. São Paulo/Campinas : Ensaio/Editora da UNICAMP, 1992.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3^o ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques, comp. **História: novas abordagens**, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, Rio de Janeiro, F. Alves, 1988.

REGO, José Lins do, 1901-1957. **Menino de engenho** / José Lins do Rego; nota de Carlos Drummond de Andrade; estudo de Antônio Carlos Villaça. — 80. ed. — Rio de Janeiro; José Olympio, 2001.

REGO, José Lins do, 1901 – 1957. **Romances reunidos e ilustrados** / José Lins do Rego. – Rio de Janeiro: J. Olimpico; Brasília: INL, 1980.

REIS, José Carlos. **História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**/ José Carlos Reis – 3.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade Regional** – São paulo: Ed. Moderna, 1984.